

André Melo Gomes Pereira

Ainda a Faculdade, os alunos e seus sonhos

F340.04
P436a







Ainda a Faculdade,

os alunos.

E as suas atividades.



André Melo Gomes Pereira
(Orador da Turma Professor Gláucio Veiga)



Ainda a Faculdade, os alunos e seus sonhos



Recife - 2001



U. F. P. e.
FAC. DE DIREITO
BIBLIOTECA

017 02-03-01



*Dedico essas linhas aos
bacharelandos 2000.2 – Turma
Prof. Gláucio Veiga por me
haverem demonstrado que tão
importante quanto possuir idéias
e acreditar nelas é ter coragem
para defendê-las;*

*à histórica Biblioteca
da FDR, pelos 170 anos de
existência.*

THESE ARE THE
SOME OF THE
REASONS WHY
WE ARE
THE ONLY
ONE WHO CAN
GIVE YOU
THE BEST
AND MOST
COMPLETE
SERVICE

THE ONLY
ONE WHO CAN
GIVE YOU
THE BEST
AND MOST
COMPLETE
SERVICE

Dirijo-me, de início, aos meus queridos colegas, fixando a imensa alegria em vos representar nesta noite. Esta missão, maior responsabilidade que me foi confiada na vida estudantil, vos confesso, deixou-me temerário diante da expectativa, porém, como já se disse desta mesma tribuna há vinte anos, de uma coisa podeis ter certeza: serão sinceras as minhas palavras.

AGRADECIMENTOS

Neste momento em que sairemos bacharéis desta solenidade universitária, cumpre registrar nossa gratidão, oferecendo este dia àqueles sem os quais não atingiríamos nossos objetivos.

Aos nossos pais, sempre presentes não só em nossas aberturas escolares, mas em todas as dificuldades da existência, o nosso insuficiente obrigado;

A nossa escola, aqui presente na pessoa dos nossos professores que, rompendo com as imensas dificuldades da atividade docente em nosso país, mantêm acesa a luz do conhecimento. Quatro professores, representando todo o corpo docente, merecem ser lembrados.

Os mestres amigos Professores Sérgio Torres e Carine Delgado, os quais, como exemplos de amor e vocação para

o ensino, tornaram-se, além de mestres pelo saber, amigos pelo tratamento, pela proximidade e preocupação demonstrados durante todo o curso.

O Professor Sílvio Neves Baptista, nosso paraninfo, que com seriedade durante semestres nos lecionou direito civil, com a insistente promoção de debates e jornadas acadêmicas, colocando-nos a par das constantes mudanças do direito privado, fazendo-nos não objeto do ensino, mas dele participantes, honrando e mantendo a tradição de grandes civilistas de nossa escola.

O Professor Gláucio Veiga, nome da turma, pelo amor que dedica há 60 anos a esta casa da qual foi aluno e é professor, escola que o fez livre docente várias vezes e cuja história escreve, sempre se destacando pelo vigor de suas idéias. Homenageando-o, doutor Gláucio, não sei se estamos reverenciando o professor com a visão política que a Faculdade sempre teve, o constante pesquisador científico, sempre preocupado com a produção acadêmica, ou o mestre ardentemente apaixonado pelo debate e pela participação dos alunos no sabor do saber. Vossa Excelência, querido professor, encerra essa tríade. O senhor representa a visão do docente de que nos falou Soriano Neto em seu discurso de posse como Professor Catedrático, que é a do Professor não limitado, fossilizado nas três aulas semanais, mas também empolgado, absorvido em admirável trabalho intelectual, estudando, pesquisando, construindo, escrevendo. Homenageando-o, sem dúvida, estamos destacando, no senhor, as qualidades que conferiram durante muitos anos, nas palavras do Professor Soriano Neto, a primazia do ensino jurídico à velha Faculdade do Recife.

Por fim, a Deus, princípio unificador de toda a existência, nosso não competente obrigado.

O contexto político-histórico

Prezados colegas,

A nossa turma é a última do século e do milénio. A derradeira do século XX, que trouxe intenso desenvolvimento industrial, da tecnologia, da informática; século da globalização, da emancipação feminina no mundo ocidental, da luta pela proteção dos direitos humanos, do fim da guerra fria; contudo também século das guerras mundiais, das armas nucleares, da destruição do meio ambiente. É, ainda, no seu final, o século das idéias pós-modernas, que relativizam as certezas científicas, retirando a exatidão absoluta da ciência, substituindo, como demonstra o Professor Cláudio Souto, uma razão de certeza por uma razão apenas do provável. Estamos, assim, em uma época de transição, transição nunca vivida por esta Universidade, mas que não é nenhuma novidade para a Faculdade de Direito do Recife. Do alto dos 173 anos que nos contemplam, a Faculdade já teve, em 1900, uma última turma do século. O Paraninfo e o Orador da turma, Professor Virgínio Marques Carneiro Leão e Pedro

Cirne, respectivamente, cujas orações conhecemos olhando as páginas da Revista Acadêmica da Faculdade, fazem-nos perceber a enorme fé que os nossos colegas tinham no país e na ciência positiva de uma forma geral. Acreditavam que o homem do século XX resolveria todos os problemas concretos, positivos, através do desenvolvimento fundado no conhecimento científico que conferia certeza em todos os campos do conhecimento.

O direito de sonhar

Da mesma forma que os nossos colegas de 1900, animados por sentimentos semelhantes, estamos aqui hoje, vendo refletidos na expressão, na fisionomia de cada bacharelado, desejos, perspectivas, frustrações e receios, mas, acima de tudo, sonhos. A nossa turma não abdicou do direito de sonhar! Esse direito não está nos códigos, nem nas constituições, nem nas reflexões sobre a ciência jurídica e, no entanto, é o seu exercício que impulsiona os ordenamentos jurídicos a caminharem no sentido de tornarem o Direito instrumento garantidor da liberdade e da igualdade nas sociedades humanas. Há mais de 100 anos Tobias Barreto proclamava que *o direito não é um filho do céu, mas um produto cultural da humanidade*, e acrescentava: *desde que no direito entrou a idéia de luta, ele nos aparece como resultado do combate(...), mesmo os direitos tidos como naturais e originários do homem como à vida e à liberdade nunca existiram fora da sociedade; foi esta quem os instituiu e os consagrou*. A liberdade dos escravos foi, antes, sonhada pelos abolicionistas e depois, conseguida. Igualmente se deu com os direitos da mulher. Temos, por isso, que sonhar e lutar no campo democrático, utilizando o direito como nosso instrumento.

Contudo, é de se questionar se podemos sonhar quando observamos que, no contexto mundial, embora cada vez mais se pregue a diminuição da questão local em face das comunicações, da globalização – palavra esta de vários significados – sérios e antigos problemas continuam a dramatizar a vida humana. O continente africano permanece à parte de qualquer grande benefício do século que finda. Ele não tem nada a agradecer. A intolerância político-religiosa se apresenta em vários pontos do globo, não só na Palestina, pois a antiga Iugoslávia nos demonstra até onde vão as desavenças. Na nossa América, a instabilidade política, a fragilidade das instituições e o subdesenvolvimento permitem, por exemplo, que a Colômbia se encontre na lamentável situação de hoje. Inserta nesses problemas, a fome, o mais simples deles para todos nós que nos encontramos aqui, chega a ser fatal para muitos seres humanos.

Um olhar para o Brasil

Voltando os olhos para a situação interna do nosso país, o quadro não muda de cores. O Brasil, político-administrativamente, vem, desde 1994 e 1995, passando por diversas reformas, só percebidas com maior nitidez pela população através das emendas nºs 19 e 20 à Constituição Federal. As modificações em nosso modelo de Estado, cada vez mais apenas pretenso regulador, e não executor, provocaram uma grande desnacionalização da economia brasileira, notadamente com as privatizações e a abertura sem maiores controles ao comércio internacional. Não que a passagem de determinadas atividades públicas para o setor privado seja de todo reprovável; no entanto, como observou brilhantemente o Professor Celso Furtado, deveria ter sido aplicada a certas e determinadas empresas, e não indistintamente sob as batidas de martelo de um leilão. Um filho ilustre da Faculdade, laureado da turma de 1917, que sonhou ser professor desta casa, Doutor Ivo Dantas, morreu recentemente apontando um fato de que não se pode fugir. O dinheiro das privatizações realizadas pela União Federal serviu, no máximo, para lastrear a capacidade de endividamento do Brasil, como de resto dos países da América

Latina, sem que se constatasse, em nenhum momento, a concretização da idéia de que a administração sairia das atividades que não lhe são próprias, para poder dedicar-se à educação, à saúde e aos investimentos necessários ao desenvolvimento do país.

Dessa forma, acentuam-se os problemas sociais, relativos à violência, à saúde, à insegurança, que alarmam a sociedade. O nosso pacto federativo apresenta-se esgarçado. Os municípios são muitas vezes municípios para atender a interesses escusos e não por possuírem viabilidade sócio-econômica. Os Estados estão deficitários. Os políticos em geral estão desacreditados, os nossos governos e órgãos legislativos nos dão tristes exemplos, como a Assembléia Legislativa de PE (subvenções, cargos comissionados). Críticas que não se dirigem ao Poder Legislativo como instituição, por ser ele, nas palavras do Ministro Osvaldo Trigueiro, o signo expressivo da verdadeira democracia. João Mangabeira afirmara em um dos seus discursos que *o Poder Legislativo encerra a liberdade e que pela sua supressão se mede a degradação de um povo, na perda total da liberdade. E, então, tateando nas sombras e aguardando o futuro, a nação olha para o presente como um cativo vil.*

Os administradores da justiça

Se nos direcionarmos a um ponto que nos toca intimamente, perceberemos cada vez mais que o cidadão em geral, fora do nosso meio profissional, alimenta hoje uma profunda insatisfação com a administração da justiça. Diversas vezes, o Poder Judiciário, os advogados e todos que trabalham com a prestação jurisdicional sofrem, no fim da linha, muitas críticas que deveriam ser endereçadas ao Legislativo e ao Executivo, que conseguem promulgar mais de trinta emendas à Constituição Federal, participam ativa ou passivamente da edição de mais de duas mil medidas provisórias, entre elas a direcionada ao Ministério Público, ato pseudolegislativo, que credencia os responsáveis pela sua edição como inimigos do Estado de Direito, adversários da Democracia. Se é verdade, por outro lado, que o Estado mantém juízes com uma quantidade enorme de processos, sem condições materiais, também é verdade que o nosso meio profissional tem as suas responsabilidades quando não se dedica realmente à causa da justiça. Há um grande "deficit" ético de nossa classe perante a opinião pública, a sociedade.

Esse problema tresdobra quando se constata a responsabilidade das profissões, ou melhor, das missões que os bacharéis em direito podem vir a desempenhar. Entre elas, podemos citar a do advogado, que, por ser o depositário da confiança de seus clientes e de seus segredos, trairia a confiança em proveito próprio se dela abusasse, tornando-se indigno do título com que é honrado. Já o magistrado tem nas mãos, como ensinou aos nossos colegas de 1900, em discurso centenário, o Professor Virgínio Marques Carneiro Leão, a honra, a vida e a liberdade do cidadão. E acrescentou, citando IHERING, que, *se desistir de um direito que nos assiste é um suicídio moral, se resistir à injustiça é dever de todo homem, como admitir que o magistrado a quem é confiada a sacratíssima e espinhosa missão de distribuir a justiça, se deixe inspirar, na decisão de um pleito, em outros princípios que não sejam os decorrentes da lei? Se assim acontecer, desgraças advirão a um país em que a justiça for administrada, tendo-se em vista os bens e a posição do indivíduo ou conveniências do momento.* Ruy Barbosa, em sua famosa oração à mocidade, se referia aos juízes políticos, dizendo que eles perdem a imparcialidade e vendem as almas e famas ao demônio da ambição, da intriga e das paixões mais detestáveis. Tobias Barreto, por sua vez, não se furtou a denunciar na cidade de Escada *os que fazem da justiça uma prostituta*. Se amanhã, portanto, depois de alcançarmos um lugar no templo do Direito no Recife, profanarmos a nossa ciência, estaremos expondo ao escárnio e à irrisão públicos nosso diploma, reduzindo a nossa nobre missão ao nível degradante do servilismo ou da corrupção e traindo a confiança em nós depositada.

Relevai-me, colegas, a exaltação das palavras! No entanto, fazendo minhas as de Ortega y Gasset, afirmo que, como não sei dizer senão o que penso e tenho que dizer quase

tudo que penso, não poderia fugir, como vosso representante, da tradição tobiática de nossa veneranda escola, tão bem lembrada por Graça Aranha quando da posse na Academia Brasileira de Letras, que é a de ter coragem de pensar e de expressar os pensamentos, não usando de palavras vazias e descomprometidas com as causas que a Faculdade historicamente abraça. Ide os que duvidarem de minhas assertivas e penetrai na realidade diária da administração da justiça e constatareis em muitos casos a veracidade de minhas afirmações.



O dever de sonhar

Feitas essas observações, retornemos à pergunta inicial: podemos sonhar diante de tantas tristes lições de desesperança? Em verdade, os nossos olhos devem brilhar mesmo quando o desafio é grande – e ele tem que ser absurdamente grande, do tamanho de nossa ansiedade de vermos um mundo melhor, de não sermos mais apenas alguns operadores jurídicos, mas construtores de uma sociedade mais humana do que a que ficou no século XX. Nesse passo, lembro-me de um profeta que para muitos ainda diz: *Quando as dificuldades são terríveis os desafios se tornam apaixonantes*. Ademais, se não pela óptica isolada da racionalidade, mas pelas razões do coração, enxergando com os olhos da alma o que não vêem os do corpo, podemos sonhar e ter esperança. O poetinha que nos deixou há vinte anos insculpiu em seu samba que até a *tristeza tem também uma esperança, a esperança de não ser mais triste não*. Ruy, por sua vez, nos ensina que o ser humano vive esperando e até *quando morre leva a esperança de uma outra vida*. E a inspiração para os nossos sonhos, colegas, devemos buscá-la na história de nossa escola, que, ao longo de quase dois séculos, nos indica o caminho a seguir.

A faculdade: sonhos e tradições

Senhores, do Direito estamos numa catedral. Catedral sem a qual não se pode compreender a história cultural e do ensino superior no Brasil, segundo Gilberto Freire. Desde a velha Academia de Olinda até os nossos dias, podemos contar com figuras exponenciais em todas as áreas e citar participações importantes da Faculdade em diversas ocasiões, sempre com a presença marcante dos estudantes. Lá de Olinda, com as primeiras turmas, saíram Nabuco de Araújo, José de Alencar, Padre Ibiapina, Zacarias de Góes, Paula Baptista, Teixeira de Freitas, pioneiro das idéias de unificação do direito privado e de divisão do código em partes geral e especial.

Depois, no Recife, refletida no Capibaribe, como afirma Gilberto Amado na famosa obra *A Minha Formação Acadêmica no Recife*, a FDR, já centro irradiador da cultura vigente, seria sacudida pelas idéias abolicionistas. Inicialmente, Aprígio Guimarães, que, ao passo do grande prestígio de que era possuidor perante alunos e, após, entre os professores, foi, depois de Tobias, o professor mais combatido e ridicularizado, pela coragem de pensar e de expor com

independência seus pensamentos. Em 1856, seguindo o “iter” exigido para ser professor da FDR, realização do que ele denominava *o sonho dourado de sua vida*, apresentou a tese para doutoramento intitulada “Trabalho livre e Trabalho escravo”, cujo objetivo era demonstrar, à luz da economia política, qual era deles o mais interessante e produtivo para o país. Todavia, a tese apontava, também, para questões éticas que dela eram indissociáveis. Aprígio assim define perante a congregação desta casa o escravocrata: “Mas que, modernamente, em nossos dias, a questão ainda seja controversa, ainda haja abolicionistas práticos, que entendam a escravidão necessária para certas culturas e climas, que aviltem a mais alta questão humanitária a um cálculo de latitudes, é o que revela, senão maldade de coração, ao menos submersão completa no mercantilismo sórdido, o mais sórdido conceito de pessoa humana.” Aprígio conseguiria o grau de doutor; contudo, para ser professor, faria mais quatro concursos até 1859. É evidente que a presença de conservadores ultramontanos na congregação criaria dificuldades ao Professor Aprígio Guimarães. Sobre ele há várias outras passagens, discursando como brilhante orador na Emancipadora Acadêmica, entidade estudantil abolicionista, entregando Cartas de Alforria, influenciando toda uma geração, a exemplo de J.J. Seabra, de cujo doutorado foi Paraninfo. Até hoje é guardião da Faculdade, estando seu busto em nossos jardins. Depois viriam Castro Alves, Ruy Barbosa, Martins Júnior, J.J. Seabra, José Mariano, Joaquim Nabuco. Mais tarde em 1883, a presença do Professor José Higino Duarte Pereira, sem dúvida um dos grandes mestres que teve esta casa, maior pesquisador do período holandês no Brasil, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, em conferência contra a escravidão, pregava que não

bastava libertar mas estender direitos aos que gemiam nas grilhetas sem qualquer amparo, proclamando ao final "libertemos o negro, mas é preciso também libertar o branco. A bandeira que hasteamos tem duas faces: em uma, temos escrito abolicionismo, na outra, franquezas e liberdades locais e sociais". O elegante Professor com muita precisão constatava que a questão racial no Brasil era algo bem mais amplo que a simples abolição da escravatura. O lapso de mais de cem anos da abolição está a comprovar a veracidade desta posição.

Com a guerra do Paraguai, estudantes se alistaram, entre eles Maciel Pinheiro, *o peregrino audaz dos versos de Castro Alves*, e Trigo de Loureiro, então Professor Catedrático. O germanismo também entraria através da Escola do Recife – não sem a reação dos Professores e pensadores respeitados como José Soriano de Sousa – com Tobias Barreto, Silvio Romero, Artur Orlando Gurmecindo Bessa, Clóvis Beviláqua, colocando o direito como um produto cultural da humanidade.

Como bem anota o historiador Pereira da Costa, as primeiras bacharelas em Direito do Brasil saíam da FDR em 1888. A faculdade foi pioneira na defesa de uma maior participação das mulheres na vida civil, com os discursos de Tobias Barreto na Câmara e os ensaios de Artur Orlando. No governo Floriano Peixoto, a demissão do Professor J.J. Seabra e a famosa carta do diretor Martins Júnior criariam um dos incidentes mais famosos da história de nossa escola, obrigando, daí por diante, que a instituição, enquanto tal, firmasse posição sobre as questões nacionais. Depois viriam personalidades do porte de Epitácio Pessoa e, com ele, o Código Civil sairia do Recife, tendo o Professor Beviláqua na redação; o Professor J.J. Seabra na Presidência da Comissão da Câmara, Silvio Romero, relator, e o maior inimigo, Ruy

Barbosa, ex-aluno da casa, na Comissão do Senado.

Em 1922, o Paraninfo da Turma, Professor Otávio Tavares defenderia em seu discurso o voto feminino e o divórcio, em posição de vanguarda. Em 1930, com o Professor Neto Campelo abrindo os braços na frente da Faculdade, impedindo a entrada da polícia. Com Hersílio de Souza e os seus artigos pioneiros na Revista Acadêmica; com Phaelante da Câmara, Odilon Nestor, Andrade Bezerra e o pioneirismo no acidente de trabalho, no contrato preliminar, com os Gondins e muitos outros. E assim se seguiu em 1942, com a posse de Aníbal Bruno e Luiz Delgado, saudados por Soriano Neto, que, com colegas seus, a exemplo de Nehmias Gueiros, resistiram à ditadura em 1945, participação fundamental da Faculdade, com o acadêmico Demócrito de Souza Filho; na ditadura militar com estudantes que foram perseguidos; com os periódicos estudantis em que escreveram Martins Júnior, Clóvis Beviláqua, Pinto Ferreira, Gilberto Amado, Lourival Vilanova, Nelson Saldanha, Gláucio Veiga, Ariano Suassuna, Regina Gondim, Torquato Castro e Murilo Guimarães.

A faculdade novamente pioneira

A Faculdade que sonhou, muitos anos antes, com uma Universidade em Pernambuco. A idéia de Universidade, presente desde a Constituinte de 1823, cresceu e floresceu dentro desta Faculdade. A nossa Revista Acadêmica guarda inúmeros posicionamentos neste sentido. O Professor Neto Campello, no centenário desta casa, em 1927, reuniu a Congregação e pleiteou junto ao governo federal a criação de uma Universidade em Pernambuco. Em 33, quando da visita do Presidente Vargas à Faculdade, principalmente o então Acadêmico Otacílio Alecrim e o Professor Andrade Bezerra reiteraram o pedido. Finalmente, em 1946, é criada a primeira Universidade do Nordeste, e diga-se: calcada no prestígio da sua Faculdade de Direito. Nenhum curso sacrificou-se tanto para que o sonho da Universidade em Pernambuco fosse alcançado como o curso jurídico. Qualquer Universidade do país gostaria de ter, em sua gênese, o lastro que esta casa concedeu à Universidade Federal de Pernambuco, legando-lhe a missão de dar continuidade à tradição Acadêmica do Recife. Na atualidade, com imensas dificuldades, a Faculdade se mantém com seu mestrado conceituado no país, com a

recriação do doutorado, com a participação estudantil em constantes cursos de extensão, no periódico estudantil atual, na preservação do acervo histórico.

A herança do futuro

Percebe-se, portanto, que herdamos, realmente, uma nobre tradição. Tradição, todavia, que não deve ser encarada apenas como uma glória para o nosso deleite, mas, ao contrário, como uma permanente fonte da obrigação do constante laborar para torná-la viva e atual. Se assim não for, o que possuímos em nosso glorioso pretérito servirá, tão-somente, para denunciar nossa incapacidade e desmerecimento de tão precioso legado. Já disse certa vez Pontes de Miranda em visita à Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo: *um país somente cresce quando a geração de hoje deixa mais do que recebeu e a geração de amanhã faz mais do que a de hoje*. Realmente temos pela frente a missão de honrar essa história. É preciso, repetindo Tobias, *virar as idéias e dizer que não somos nós que temos tudo a esperar do futuro; é o futuro que tem tudo a esperar de nós*. Os senhores acadêmicos e professores que ficam na peleja dos bancos escolares recebam de nossas mãos a chave estudantil e zelem pela nossa escola.

Gostaria de, no momento, abrir um parêntese de modo pessoal, agradecendo ao time "Podres" pelo exemplo de união e pela maior vitória, maior conquista, comandante Bruno Baptista, que ele nos proporcionou: a amizade, amizade daqueles, como

afirma Aristóteles, que desejam o bem do outro de maneira semelhante; amizade rara, por serem raros os seus personagens. Se com o time "Podres" no campo de futebol aprendi a colocar o coração na ponta da chuteira, neste momento coloquei a chuteira do time no coração; sem ela e sem o "Podres" não redigiria essa singela oração.

Colegas, eis o que cumpria dizer como vosso representante, por uma coincidência dessas coincidências do além. Fica a mensagem de luta e de sonhos que marcam a história da Faculdade. Se podem as palavras nos conferir o título de sonhadores, fiquemos alegres, pois só correremos o doce risco, como afirmou Dom Hélder, *de vermos nossos sonhos se tornarem realidade*. Adeus!

F340.04
P4369

Recepção do autor
jun/2001

UFPE/CCJ-Biblioteca FDB	
Origem:	<u>Doação</u> Valor R\$ <u>13,00</u>
Data:	<u>02 / 03 / 2001</u>
Nº Reg.	<u>017 - 01</u>
Vol.	Ed. Ano <u>2001</u>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
BIBLIOTECA DE DIREITO

Prove que sabe honrar os seus compromissos
devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

F 340.04/P436a

017-01

PEREIRA, André Melo Gomes
AINDA A FACULDADE, OS ALUNOS E SEUS
SONHOS

2001

